



## O princípio da insignificância e sua relevância no ordenamento jurídico penal

### Autor(res)

João Paulo Gilliard Souza Oliveira  
Isis Caroline França Oliveira  
Kellry Santos De Almeida  
Bianca Santos Aragão  
Hellen Guimarães Silva  
Milena Rodrigues Nogueira  
Caila Lorrana Silva Borges  
Victória Ellen Menezes Alves  
Geovane De Souza Santos  
Ellen Aparecida Pereira Paixão  
Juliana Rodrigues Silva

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

UNIME ITABUNA

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar sistematicamente o Princípio da Insignificância e a sua aplicabilidade na jurisprudência brasileira. A aplicação desse Princípio versa em propor uma maior celeridade, e uma efetiva aplicação das penas. Correlacionado o Princípio da Insignificância, há vários outros princípios, a exemplo do Princípio da Fragmentariedade onde o Direito Penal tem sua atuação limitada. O Brasil, por não possuir norma regulamentadora para o Princípio da Insignificância, se utiliza da jurisprudência no posicionamento da sua aplicação. Consoante, o STF utiliza esse Princípio ajuizando quatro requisitos importantes, a saber: a mínima ofensividade da conduta; nenhuma periculosidade da conduta; o reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e a inexpressividade da lesão ou do perigo de lesão causado ao bem jurídico tutelado. Entretanto, a falta de legislação cria uma problemática na aplicabilidade do Princípio da Insignificância, pois questões fundamentais para a aplicação do Direito Penal acabam sendo deixadas de lado pela jurisprudência.